

DEBATE EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO EM ÁFRICA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MOÇAMBICANA

DEBATE ABOUT THE CONSTRUCTION OF THE STATE IN
AFRICA: SOCIAL MOVEMENT AS A MECHANISM TO
CONSTRUCT AN AFRICAN IDENTITY.

Kátia Sara Henriques Xavier Zeca

ABSTRACT: The construction of the state in Africa relate with the historical trajectory of nationalist movements. Perceiving the trajectory of national identity allows a better understanding of the dynamics and construction of post-colonial societies. The aim of this article is to reflect on the process of constructing the African identity with a focus on social movements. From this, documentary analysis was provided, which allowed an approach to the relevant historical aspects. One of the conclusions of this essay is that the state in Africa results from an external and simultaneous conjuncture as a phenomenon of the process of self-determination of peoples. In this context there is a need to rethink the state as a mechanism for satisfying the basic needs of the individual, as well as its conceptualization of the state, since it is closely rooted in the independentist perspective and by the struggles for Self determination.

KEY-WORDS: State Construction; Social Movements; Mozambique; Africa.

RESUMO: A construção do Estado em África entrelaça-se com a trajetória histórica dos movimentos nacionalistas. Perceber a trajetória da identidade nacional permite uma melhor compreensão da dinâmica e construção das sociedades pós-coloniais. O objetivo do artigo é refletir sobre o processo de construção da identidade Africana com enfoque nos movimentos sociais. Desta feita foi privilegiada a análise documental que permitiu uma abordagem dos aspetos históricos relevantes. Uma das conclusões deste ensaio é que o Estado em África resulta de uma conjuntura externa e em simultâneo, como um fenómeno do processo de autodeterminação dos povos. Neste contexto há uma necessidade de repensar o Estado como um mecanismo de satisfação das necessidades básicas do indivíduo, bem como a sua conceitualização do Estado, visto que está estreitamente enraizada na perspectiva independentista e pelas lutas pela autodeterminação.

PALAVRAS-CHAVE: Construção do Estado; Movimentos Sociais; Moçambique; África.

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

DEBATE EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO EM ÁFRICA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MOÇAMBICANA

Kátia Sara Henriques Xavier-Zeca ¹

A construção do Estado em África entrelaça-se com a trajetória histórica dos movimentos nacionalistas, muito marcado pelos processos de descolonização que iniciaram nos anos 1950. Perceber a trajetória da identidade nacional permite uma melhor compreensão da dinâmica e construção das sociedades pós-coloniais. O presente artigo discute os contornos da construção do Estado em África e o papel que os movimentos sociais têm nesse processo. O texto foi elaborado com base numa revisão sistemática da literatura, incluindo também os traços essenciais e alguns desafios que os estados africanos enfrentam.

O artigo está dividido em duas partes principais, a primeira com enfoque na construção do Estado enquanto movimentos sociais, e a segunda como o Estado tem sido pensado e refletido em diversas nuances. A perspectiva histórica sobre África e a formação do Estado, bem como sua identidade contará com os contributos de M'Bokolo (2007), Maddox (1993) e Curtin (1992; 2007). No enfoque sobre o contexto africano, referente aos fenómenos de transição, democratização, bem como a percepção cidadã sobre o papel das instituições democráticas, o enfoque será com Bratton (1994; 2005; 2013), Gyimah-Boadi (2005; 2012), Shaapera (2012; 2015). Importa reforçar a ideia de que pensar o Estado em África é sempre um desafio, visto que não é fácil construir e sistematizar um pensamento que se distancie das ex-elites governantes, marcado pelo pensamento do período colonial de retração e inexistência de estado na perspectiva Moderna Ocidental.

Movimentos Sociais e a consciência social coletiva

Importa compreender o que são os movimentos sociais, o seu conceito e origem, de modo a analisar a lógica dos movimentos de libertação nacional em África. Ao longo dos tempos a sua definição foi sofrendo mutações, porém mantendo aspectos similares na sua conceitualização. Gohn (2011), Goss e Prudêncio (2004) consideram que discutir sobre os

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS – Brasil. Docente da Universidade Joaquim Chissano (UJC), Maputo – Moçambique. Agradeço aos colegas da Revista África(s) pelo aceite deste artigo, e ao Prof. Dr. Leonardo Granato, da UFRGS, que me desafiou a escrever sobre as questões do Estado em África.

movimentos sociais é refletir quando grupos de pessoas unem-se e encontram-se perante alguma forma de insatisfação, opressão, sujeição de uma forma continuada, condicionando o seu progresso. Para alterar esse estado de condicionamento desfavorável, os indivíduos organizam ações coletivas com vista a reivindicar, derrubar, alterar ou transformar esse *status quo* potenciado pelos grupos dominantes.

Estas formas de ação coletiva são efetivadas num dado momento e espaço histórico, quando comungam uma visão unificada entre si. Isto é, enquanto grupo que partilha um mesmo conjunto de ideias, vontades, manifestações e mudanças nesse espaço e tempo, partilha também uma visão clara do seu grupo adversário. Para tal, existe uma estrutura organizada dentro desse mesmo grupo, permitindo-lhe identificar os seus objetivos e as prioridades a serem alcançadas (TILLY, 2004), ou seja, há uma consciência comum que a forma, enquanto grupo, nas suas ideias, sentimentos, e condições de vida são levadas em conta e a necessidade de mudanças que pretendem ver alcançadas.

A emergência dos movimentos sociais, e da sua consciencialização a partir do último quartel do século XVIII e inícios do séc. XIX, inseridos no espaço europeu, foi um período marcado pela II Revolução Industrial. A esperança média de vida dos europeus aumentou graças à melhoria das descobertas médicas; os níveis de alfabetismo cresceram, a revolução dos transportes acelerou o contato entre espaço, tempo e a mobilidade; as populações deslocavam-se agora ainda mais para as urbes à procura de trabalho nas indústrias (GOSS; PRUDENCIO, 2004). Este período foi marcado pela rápida e intensa aceleração das sociedades no hemisfério Norte, a par do aumento do seu nível médio de qualidade de vida. Satisfeitas várias necessidades básicas, ganha-se espaço para a procura de outras necessidades e de bem-estar.

De acordo com Tilly (2004) e Houtart (2007)², os movimentos sociais surgiram na sequência de três elementos sequenciais:

- 1) Vontade e reivindicação coletiva junto das autoridades;
- 2) Campanha;
- 3) Combinação de ações políticas – reuniões, associações, etc.;
- 4) Representação pública concertada na forma de merecimento, unicidade, números/quantidade e compromisso.³

Isto quer então fundamentar que durante o período europeu de industrialização, os operários fabris iniciaram ações concertadas e organizadas, formaram associações, acionaram

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Programa de Estudantes-Convênio de Pós Graduação PEC-PG da CAPES-Brasil.). ksarahxavier@gmail.com

² <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.20.doc>.

greves, etc., ao tomarem consciência de que, enquanto grupo distinto da sociedade, e como tal uma classe diferente, sofriam de uma relação de desigualdade perante o patronato. Consciente da sua superioridade numérica, da sua vontade emancipadora (merecimento), do seu sentimento identitário enquanto classe (unicidade) e do seu compromisso, o movimento operário deu início a uma série de lutas exigindo a melhoria das suas condições sociais. Este marco da História Social foi-se estendendo a outros movimentos reivindicativos nos finais do século XIX, como o dos escravos (nas Américas e em África), o das mulheres, dos agricultores, entre outros, resultando numa série de transformações sociais, político-económicas, religiosas, etc., convertendo e transformando as sociedades, continuando até aos nossos dias (GOSS; PRUDENCIO, 2004). Constituir-se-ão movimentos sociais sempre que perdure o sentimento de injustiça de um dado grupo, procurando este lutar até a prossecução da sua ideia de um mundo mais justo e equilibrado.

A consciência coletiva, enquanto grupo que comunga as mesmas identidades culturais, étnicas e religiosas, conferiu-lhes uma vontade de compromisso que, de acordo com Houtart (2007), lhes restituiu um elemento afetivo forte e central na reivindicação pela melhoria das suas vidas, em todos os níveis. Os movimentos de libertação nacional em África levaram cerca de duas décadas para alcançarem os seus objetivos, não obstante desde o começo da sua condição enquanto grupo colonizado ter se manifestado, através do diálogo e de resistências “passivas” e “ativas” contra o grupo confrontador (M'BOKOLO, 2007). Finalmente, podemos observar que estes movimentos, no âmbito de uma plataforma de solidariedade com outros movimentos que alcançaram a sua independência, enquanto povo e Estado, tanto em África como na Ásia, formaram o Movimento dos Não Alinhados, por força da Conferência de Bandung, em 1955 na Indonésia, reunindo todos os recentes Estados descolonizados, entre outros, numa onda de não-alinhamento perante as operações estratégicas das Grandes Potências (Estados Unidos da América e União Soviética) e seus aliados (neste caso dos EUA, como os – ex-colonizadores).

Em 1963, os então Estados africanos independentes⁴ formaram a Organização da Unidade Africana (OUA), com sede em Adis Abeba, Etiópia. A OUA teve um importante papel na luta contra o colonialismo e no apoio aos movimentos de libertação nacional, fazendo-se também ouvir enquanto grupo de pressão junto da Organização das Nações Unidas (ONU) e na Comunidade Internacional. Ou seja, conscientes de si e dos desafios dessa Globalização, estes movimentos conseguiram fazer eco no seio de importantes organizações e movimentos

³ Do inglês *worthiness, unity, numbers and commitment (WUNC)*.

⁴ A Organização da Unidade Africana, fundada em Maio de 1963, da qual fizeram parte 32 países (entre eles Etiópia, Senegal, Burquina Faso, Nigéria, República Democrática do Congo, Gana, Mali, Tanzânia entre outros). Devido a conjuntura globalizante, a organização evoluiu para União Africana em 2002.

internacionais e alcançar a sua meta de autodeterminação perante o colonizador (uns mais cedo, outros mais tarde).

Movimentos de libertação Nacional em África

A Colonização dos povos africanos deu-se de forma contínua e permanente a partir do último quartel do século XIX, com a “corrida a África”, resultante das rivalidades económicas e político-imperiais e das transformações sociais e tecnológicas das potências europeias: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Bélgica, Espanha e Portugal, entre outras. A Conferência de Berlim, de 1884, oficializou a partilha de África, tendo Portugal assento na mesma e alcançada a sua quota de colónias através do chamado “direito histórico” por contraposição à “ocupação efetiva”, alegando o seu estabelecimento em algumas zonas costeiras africanas desde o século XV (KLAUCK, 2001; CABAÇO, 2009). No início do séc. XX nasce o movimento pan-africanista, sob a égide de William Du Bois, um universitário negro norte-americano, que defendia a igualdade entre as raças e a união entre todos os africanos espalhados no mundo na luta pela melhoria das suas condições humanas. Este movimento teve a sua expressão máxima nos Congressos pan-africanos de 1900, 1921, 1922 e 1927, na Europa e nos EUA. Reunindo a elite africana da diáspora e da “mãe África”, procuraram, junto das potências coloniais, um novo estatuto para África (GUY, 2006; M'BOKOLO, 2007).

Este movimento teve expressão ao nível cultural, cultivando-se a negritude e o regresso às “origens.” Criou simpatias junto da ideologia comunista, enquanto povo subjugado por outro e sendo colónias integradas em impérios. Importa referir que nos anos 1950 vivia se em África o alvoreço das descolonizações, muito influenciado pelas agências internacionais. Apartir do Congresso de Manchester, em Inglaterra em 1945, o pan-africanismo evoluiu na sua forma ideológica e reivindicativa. Nesse contexto, tinha-se desenrolado a II Guerra Mundial, com repercussões globais. Os africanos haviam novamente combatido na guerra ao serviço das potências. Participaram quatro partidos políticos africanos no Congresso de Manchester, entre eles o Congresso Nacional da Nigéria e de Camarões (*National Congress of Nigéria and the Cameroons*). Estes partidos e sindicatos africanos, conforme a potência colonial, ou eram legais ora ilegais (M'Bokolo, 2007). Nem sempre estes grupos eram vistos de bom grado pelas potências colonizadoras.

Assim, neste Congresso, saído do rescaldo da II Guerra Mundial e da nova ordem mundial, em que as potências europeias estavam pela primeira vez enfraquecidas, nasceu uma nova era de valores internacionais, como a autodeterminação, exigindo-se o fim dos

colonialismos e imperialismos sob todas as formas de exploração, bem como a sua determinação rumo à liberdade (MADDOX, 1993). Nas frentes de guerra, e sob o signo da libertação dos povos subjugados às potências do eixo, alguns guerrilheiros africanos se aperceberam que estavam a lutar em nome da autodeterminação. Viram, também, que afinal o “homem branco” era um ser mortal e tangível, pois havia sido dominado e vencido por outros homens (europeus e japoneses, logo asiáticos e “não brancos”), caindo por terra a assunção da supremacia branca “civilizadora”, que o negro “primitivo” aceitara (M'BOKOLO, 2007).

A Carta do Atlântico (que mais tarde veio dar origem à Organização das Nações Unidas – ONU), em 1941, em plena guerra, assinada entre Winston Churchill e Franklin D. Roosevelt, afirmava o direito de todos os povos à autodeterminação e à escolha de governo, como se assistiu na Europa e principalmente na Ásia, também um continente com possessões europeias (GUY, 2006). Estes acontecimentos e entedimento sobre o que estava ocorrer noutras países, fizeram despoletar uma nova interpretação de si e do seu futuro enquanto africanos. Os movimentos de libertação nacional africana não foram unos na sua forma de luta. Observamos que o processo de independência foi conquistado e alcançado, no espaço e tempo, a partir da década de 50, começando pelo Norte (Magrebe) e descendo pela África Ocidental e Oriental, e cerca de uma década mais tarde na África austral.

Em algumas colónias não foi necessária a luta armada pela libertação, como no Magrebe (à excepção da Argélia, bastião do poder colonial francês, na África Ocidental (excluindo a Guiné Bissau) e na África Oriental (excetuando-se o Quênia, que justamente, pela tomada de ação armada, perpetrada pela guerrilha *Mau-Mau*, obteve uma independência tardia comparativamente às outras colónias britânicas) (M'BOKOLO, 2007). O caso da África portuguesa, situado na parte austral do continente, tornou-se num dos mais complicados em termos de luta pela autodeterminação. Estas diferenças espaço-temporais derivam do tipo de mentalidade do colonizador, sendo que as colónias inglesas e francesas obtiveram a sua independência mais cedo que as dos casos belga e português.

O papel das elites africanas no movimento de libertação nacional foi de extrema importância na luta pela autodeterminação. No entanto, e como salienta o historiador M'Bokolo (2007), o seu papel seria ínfimo sem o apoio de bases populares. Tendo acesso a um tratamento diferencial em face dos seus concidadãos, pela via da educação (muitas vezes continuada com estudos superiores na metrópole), pela utilização da língua colonial, pela sua posição enquanto classe mercantil e pela carreira na administração colonial, esta elite começa a ganhar consciência de si, enquanto ser africano, logo, diferente do europeu. A realidade é que nunca poderia ter os mesmos postos laborais que os brancos tinham (mesmo tendo estas qualificações inferiores), não

poderia ter acesso a terras, ou às mais férteis ou próximas dos transportes rodó e ferroviários, como muitos brancos acabados de chegar das metrópoles tinham, e sem o direito natural à terra que lhes foi entregue, entre outras sujeições (CURTIN, 1992). Esta sensação de injustiça iria permanecer sempre até que fossem alteradas as regras do jogo africano.

O sentimento de dualidade (africana e europeia) com a injustiça praticada, aliada aos acontecimentos das relações internacionais da época, da sua experiência na metrópole, enquanto estudantes, observando as “armas pacíficas” (ou não) de luta por mudanças pretendidas (manifestações, organizações, greves, a própria ideologia comunista, enquanto alternativa e distante da praticada pelo colonizador), iriam levar à criação de partidos políticos, de cariz nacionalista e de sindicatos, com vista ao alcance dos objetivos principais (numa primeira fase a igualdade de direitos e, numa segunda, a politização do movimento e a autodeterminação) (M'BOKOLO, 2007).

Os historiadores Curtin (1992) e M'Bokolo (2007) são unânimes quando explicam que no caso português, foi sempre ilegal qualquer tipo de organização. Passando para a clandestinidade, e considerado como terrorista e insurreto, pois não partilhavam dos mesmos interesses e ideias do Estado Novo, que encetou aquilo que denominou de manutenção das “províncias ultramarinas”. Assim, conforme reagia a potência colonial, provocavam-se estímulos nos colonizados, resultando na opressão do colonizador na rebelião do colonizado, pela via da luta armada. Noutros contextos também se vivia a opressão das elites. No Congo Belga, a própria formação de elites e, conseqüentemente, de sindicatos e organizações políticas foi mais tardia (ou mesmo proibida) como nos casos já mencionados, pela supressão da participação do indígena na vida económica e política das colónias.

Em face do que fica dito, podemos então afirmar que o movimento libertador em África foi díspar na forma e meios de luta e de alcance tanto no seu espaço como no tempo. No entanto, o seu objectivo final era o mesmo: a independência do povo africano face ao opressor estrangeiro, o colonizador. Acrescente-se ainda que o contexto internacional (Guerra Fria) e de Globalização da época, pressões da ONU, da OUA, da política externa dos vários países não africanos, propiciou o processo da autodeterminação nos países do continente africano de uma forma mais ou menos célere.

Movimentos nacionalistas e a luta pela autodeterminação

Segundo M'Bokolo (2007), os movimentos políticos “assentavam em bases diversas de grupos de intelectuais, associações de defesa de interesses, num pano de fundo religioso, étnico,

ou regional (...). Visto serem constituídos pela “elite africana”, logo na perspectivada instituição e modelo colonial, eram partidos constituídos por militantes que obtiveram uma instrução do tipo ocidental, pertencente à classe média e por trabalhadores dos espaços urbanos. Como eram um grupo mais esclarecido, e por isso, limitados na sua representatividade e, conseqüentemente, no seu impacto, procuraram então captar a atenção e apoio junto das populações rurais.

A criação dos partidos foi possível graças à sedimentação de parte da população africana, formando-se as elites ou vanguardas. No entanto, estas tinham características e influências próprias entre si, como tal desiguais no território africano. Ou seja, na região ocidental africana, de controle britânico, o sistema colonial deu espaço para a sua formação e participação, tal como no Senegal francês, por exemplo. No caso português, a história não se repetiu, pelo tipo do próprio regime governante, e pelo descrédito no nativo que necessitava da administração branca para se desenvolver. Assim, as organizações das “províncias ultramarinas” nasceram essencialmente a partir da década de 50, já no rescaldo das várias independências.

Em 1945, apenas alguns Estados africanos eram independentes (Egito, Etiópia e Libéria). Conscientes da sua fraqueza, enquanto potências saídas da II Guerra Mundial, e da difícil manutenção do *status quo ante* 1939, a Inglaterra e a França iniciaram com estes partidos e movimentos uma série de diálogos e negociações, tendo em vista a criação dos meios, do tempo necessário e do percurso para a independência das suas colónias. Não obstante, este diálogo serviu também de ferramenta para o adiamento dessas mesmas independências que, mais cedo ou mais tarde, iriam concretizar-se. A própria instituição democrática das metrópoles permitiu que os africanos fossem eleitos nos parlamentos nacionais, de forma a representarem o seu povo e escamotearem as acusações de racistas, paternalistas e de colonizadores.

Na África francófona, as primeiras colónias a alcançarem a independência foram Marrocos e Tunísia, em 1956. Já a Argélia não teve a mesma sorte. Uma guerra sangrenta na luta pela independência durou 8 anos, tendo finalmente alcançando a emancipação em 1962. Na África ocidental francesa, em 1958, houve um referendo para aprovação da auto-governança, dentro da Comunidade Francesa. Todas as colónias votaram de forma favorável, à exceção da Guiné Conacri. Dois anos após o referendo, votou-se novamente, desta vez ganhando o sim, procedendo a França à entrega da independência das suas colónias nesta região. Também o Congo Belga alcançou a independência nesse mesmo ano.

Em relação à África britânica, em 6 de Março de 1957, foi concedida a independência ao Gana, tornando-se na quinta colónia independente. Três anos depois seguiu-se a Somália, a Nigéria, e as outras colónias britânicas. O caso que destoou foi o queniano, em 1962, por via de uma luta armada entre a guerrilha *Mau Mau* e o Estado Britânico. Entretanto, em 1963, a Rodésia

do Sul, sob a dominação branca na pessoa de Ian Smith, declara unilateralmente a independência face a Inglaterra. Assim, até 1980 decorreu uma luta armada entre os movimentos - africanos – e o governo – branco - pela independência desse mesmo território em face da dominação da minoria branca (hoje Zimbabué).⁵

Em relação à África portuguesa, o cenário foi bem diferente, levando a um processo tardio das independências das chamadas “províncias ultramarinas”, por via da revolução interna em Portugal, em Abril de 1974, que derrubou o regime autoritário e “orgulhosamente só” que jamais abdicaria das suas “províncias”, conforme sempre defendeu, como se pôde assistir nas suas intervenções junto da ONU, e apoiado pela Rodésia e África do Sul, bem como por uma falsa “neutralidade” das potências ocidentais, isto no auge do contexto ideológico da Guerra Fria. Os estudantes das colónias africanas que estudavam na metrópole reuniam-se na Casa do Império, em Lisboa, e em Coimbra, e clandestinamente discutiam e manifestavam ideias anti-coloniais (M'BOKOLO, 2007). Foram estes estudantes que na sua maioria, formaram os movimentos nacionais em forma de partidos, primeiramente, e na clandestinidade, com a sede em território vizinho, e enveredando depois pela luta armada.

Em 1956 é constituído o Movimento Popular de Libertação de Angola, por Ilídio Tomé Alves Machado, a União das Populações de Angola, por Holden Roberto, que mais tarde, em 1962, se transforma na Frente Nacional de Libertação de Angola, criando cisões internas, donde Jonas Savimbi veio a formar a União Nacional para a Independência Total de Angola, em 1965 (GUY, 2006). Na África Ocidental portuguesa, em 1952, é constituído o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, pelo agrónomo Amílcar Cabral. A situação moçambicana surgiu após o massacre de populações que se manifestavam contra o regime, em Mueda, em 1962, despoletando a criação da Frente de Libertação de Moçambique, em Dar-Es-Salam, por Eduardo Mondlane.

Após tentativas pacíficas de diálogo e manifestação serem reprimidas com violência sobre as populações africanas das colónias portuguesas, e no contexto do processo das independências, estes movimentos entraram em guerra aberta contra o regime português, obtendo, para tal, os apoios dos recentes estados independentes, bem como da OUA, ONU e ainda do Vaticano. Foram necessários anos de luta armada para a conquista da autodeterminação desses povos. Após o final da segunda guerra Mundial, alguns países (África do Sul, Argélia, Guiné-Bissau, Moçambique, Gabão, Congo, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, entre

⁵ Zimbabwe *African National Union* (ZANU) e Zimbabwe *African Popular Union* (ZAPU).

outros) alcançaram a independência (DUARTE, 2010).⁶ O seu caminho de luta pela autodeterminação passou também, a par dos “irmãos” das colónias vizinhas pelo sentimento de luta pelas liberdades, sendo a resposta à repressão do regime.

Estado em África: desafios e perspectivas

Pensar o Estado no contexto africano é um desafio, tendo em conta que este emerge sob influência de conflitos, avanços e retrocessos, além da construção identitária. O debate em África é muito influenciado pelos movimentos nacionalistas e pela autodeterminação. As colónias imbuídas e ligadas ao governo colonial, as sociedades estavam desprovidas de autonomia e capacidade autônoma de construção e desenvolvimento dos seus ideais. Os processos de formação do Estado estão intimamente ligados aos processos de autodeterminação. A Política em África normalmente é vista do topo para a base. Os cientistas políticos centram a sua análise no indivíduo, neste caso, nos Presidentes ou membros do governo (Ministros e Primeiro Ministro, no caso de Moçambique). Os escritos sobre África são descritos sob a égide da liderança de indivíduos como Nelson Mandela, Mugabe ou Museveni.⁷ O desenvolvimento político pode ser resumido como a distinção das instituições nacionais e o sistema de partido único dominante ou intervenção armada (BRATTON, 2013).

Bratton (2013) defende que o interesse em questões sociais e direitos políticos surge nos analistas científicos quase 30 anos pós independências, por volta da primeira década do século XXI. Aspectos como associações cívicas, economia informal, protestos nas ruas, e emergência de oposição política começam a ganhar alguma força e relevo em algumas sociedades. Em Moçambique muitas são as pesquisas desenvolvidas pelo Instituto de Estudos Económicos e de Desenvolvimento (IESE) (BRITO, 2007; 2011; FORQUILHA 2017⁸; IESE, 2011⁹; NYLEN, 2014) onde são pesquisados diversos temas relacionados ao comportamento político, participação política, abstenção, descentralização ou ainda as instituições do poder político, de extrema importância para pensar o Estado em Moçambique. Na obra *Voto e Democracia em África*, de Bratton (2013), traz um debate sobre o que está acontecer em África em termos de votação. Quais as motivações que levam o eleitor as urnas? Uma série de questões são levantadas e discutidas nessa obra. Com vista a legitimar as suas ações políticas diante da população, os

⁶As independências africanas. Disponível em: www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_3_1_5, acesso em: 28 abr. 2019.

⁷Antigos Presidentes da África do Sul 1994-1999, Zimbabué 1987-2017 e Uganda 1986 até a atualidade respectivamente.

⁸Forquilha, Salvador. Beira, clivagens partidárias e abstenção eleitoral. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/05/Forquilha-2017-Beira-%E2%80%93-Clivagens-Partid%C3%A1rias-e-Absten%C3%A7%C3%A3o-Eleitoral.pdf>, acesso em: 18 abr. 2019.

⁹http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010.pdf, acesso em: 18 abr. 2019.

líderes africanos viram-se obrigados a implementar as regras multipartidárias para o exercício do poder político. Contudo, a literatura aponta para manipulação dos processos eleitorais, patronato, violência política e dominação partidária no âmbito institucional (BRATTON, 2013).

Falando em construção do Estado, em África este fenómeno está também associado às eleições, onde estas tendem a ser contestadas entre a corrupção e uma elite clientelista. Os partidos políticos são muitas vezes personalistas, dominados por uma elite, e internamente não democráticos, formando desta forma assembleias nacionais pouco ou nada representativas e longe das demandas populares (BRATTON, 2013). Shaapera (2012) discute algumas concepções do estado, a emergência deste, seu propósito e funções, usando como exemplo o caso da Nigéria. Um aspecto a reforçar é que o autor defende a necessidade de pensar o Estado, tendo em conta a satisfação das necessidades básicas, tal como encontramos em Sen (2000) e Inglehart e Welzel (2009). Esta perspectiva torna-se relevante, pois alguns desses estados emergem nos seus processos de democratização num período em que se encontra no cerne o debate sobre o desenvolvimento e as capacidades do indivíduo.

Shaapera (2012) defende ainda que o Estado no Terceiro Mundo deva ser pensado tendo em conta as necessidades básicas do homem. Neste caso, o principal objetivo é o acesso a infra estruturas, facilidades como o acesso a água potável, bens e serviços, acessos, redes de transporte e comunicações, energia regular, casas seguras e de qualidade, acesso a saúde, acesso de qualidade a educação. Estas são preocupações de um estado específico, mas com alguma similaridade em outros estados africanos, como Moçambique ou Angola. Não há consenso na definição das origens do Estado, existem sim várias perspectivas teóricas, teorias divinas (São Tomás de Aquino), social, teoria do estado natural ou Teoria do Contrato Social (Hobbes, Locke e Rousseau) ou ainda o Estado como o resultado de uma evolução natural.

O Estado Pós-colonial surge de uma situação de conflito e opera como uma forma de instrumento de dominação, onde o poder político é mantido gerando um fraco e subdesenvolvido com um relativo grau desenvolvimento. Observando os últimos dados sobre o índice de desenvolvimento humano (IDH), pode-se verificar que os países com baixo IDH são na sua maioria africanos, como Quênia, Nigéria, Ruanda, Senegal, Costa do Marfim, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, entre outros (PNUD, 2015).¹⁰

Macuane (2000), através de alguns testes de regressão que aplicou em cerca de 30 países, apresentou o processo de democratização em África. No quadro 2 o autor classifica alguns casos

¹⁰PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano. New York. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014/>. Acesso em: 14 out. 2018.

como exitosos, outros por fracassados, e um terceiro grupo que é nomeado por contradições.¹¹ Através desta tipificação observa-se que cerca de quase 30 países, apenas seis podem ser considerados casos de sucesso, e o entendimento das bases democráticas foram implementadas com sucesso. Os países que fracassaram e que se encontram em contradição, em parte comprova a ideia de que nem sempre o processo de transição irá desembocar numa democracia. Valores e contextos diferentes, sociedade civil e valores das sociedades divergem, bem como o entendimento que estas têm dos processos de democratização (quadro 2).

Quadro 1- Países em África segundo a democratização

Sucessos – 6 países	Fracassos – 10 países	Contradições – 14 países	
		Sucessos 7	Fracassos 7
África do Sul, Madagáscar, Maláui, Mali, Zâmbia, Benim	Mauritânia, Gâmbia, Argélia, Lesoto, Guiné-Bissau (1998/1999), Níger, Serra Leoa, República Centro Africana, Congo, Togo	Burquina Faso, Gabão, Gana, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Seychelles	Burundi, Guiné Equatorial, Guiné-Conacri, Costa do Marfim, Djibuti, Chad, Quênia

Fonte: Macuane (2000)

Esta mudança de paradigma não foi pensada a olhar para o Estado em si, mas para as questões económicas. Não se teve em conta as questões e implicações sociais desta perspectiva. Não se questionou que Estado se pretende e qual seria a melhor forma de organização da sociedade moçambicana. Todo pensamento sobre o estado, que se começa a desenvolver nesse período, tem características do tipo socialista, adaptado a realidade prevalecente e baseando-se no pensamento Marxista-leninista. Acima de qualquer ideologia, existia a necessidade de se construir um Estado nação unificado. De acordo com vários autores (BENDIX, 1977; IANNI, 1988; MELLO, 1999), o conceito de nação é multifacetado, incorporando diversos ciclos, devendo ainda ser visto como um conceito em construção e evolutivo. Não apenas enraizado em questões sociais, culturais ou territoriais. Este é um conceito mais amplo e inclusivo que remete a objetivos comuns que um determinado grupo tem em comum. Com base nestes pressupostos pode-se referir que a construção do estado nação em África surge como resultado de múltiplas identidades nacionais, línguas e múltiplos interesses. Mas, como já foi referido, a nação vai além de caraterísticas culturais ou linguísticas, e neste caso a necessidade de acreditarem em coisas

¹¹ Os casos de sucesso neste contexto está associada a conjuntura que se vivia no período, em que em alguns dos países reinava uma participação restrita. Nos casos de fracasso dos processos de democratização, tem em comum a descontinuidade do poder político após realização das eleições. Nos casos contraditórios os 14 países têm em comum a inexistência de competição política, além do fato de os governos alcançarem a maioria parlamentar (MACUANE, 2000).

comuns. Onde permite perceber que de fato as coisas comuns, no contexto de Moçambique, era a autodeterminação e esta criou uma unidade nacional de Norte ao sul do país.

No quadro 3é apresentada uma análise baseada nos três pilares propostos por Ianni (1988) para explicar a formação da nação. A analogia que se apresenta aqui permite analisar o processo de formação do estado em Moçambique. Na base, *castas e classes*, a característica marcante é a existência de um espaço altamente fragmentado, fruto da partilha de África e pelo acelerado processo de pilhagem e colonização. No segundo pilar, *Terra e Liberdade*, esta sempre foi uma questão crucial em África e noutros contextos onde predominou a dominação colonial. As questões da terra estão também na base de todo conflito, onde a dominação colonial se sobrepõe. Porém, os intelectuais que já estavam cada vez mais conscientes da necessidade de libertação colonial, de acordo com a sua localização, foram criando espaços de debate. Como defende Zeca (2017) importa ainda realçar que os conflitos acabam por ser um dos principais fatores que impedem o crescimento e desenvolvimento econômico e social, provocando instabilidade política nos Estados. E por fim, a *quinta-essência* que é no fundo toda influência que os países sofreram por parte de alguns países do ocidente (EUA e a ex-URSS, atual Rússia) e da própria conjuntura internacional (crescente defesa dos Direitos Universais do homem) que prezava a liberdade dos povos.

Quadro 2- O Dilema nacional em África

1.1. Castas e classes	1.2. Terra e liberdade	1.3. Quinta fronteira
<ul style="list-style-type: none"> ● Processo de Colonização ● Divisão/cisão cultural resultante da conferência de Berlim ● Partilhas territoriais 	<ul style="list-style-type: none"> ● Dominação Colonial ● Luta pela independência 	<ul style="list-style-type: none"> ● Anos 80 transição forçada/condicionalismos ● Mudança ideológica/ingerência externa ● Políticas de Ajustamento estrutural ● Multinacionais/ator de peso no Estado

Fonte: elaborado pela autora tomando Ianni (1988) como referência

Como defende Zeca (2017, p. 199)

A transição para um sistema de democracia liberal e participativa criou e continua a criar enormes problemas nos Estados africanos. Apesar do sistema democrático liberal ter triunfado em alguns Estados como Moçambique, Benim, Botsuana, Gana, África do Sul e Tanzânia, se está muito longe de inspirar qualquer esperança para o futuro de regimes democráticos efetivos na África, visto que há sempre tendências de retrocessos na democratização.

O debate em torno da construção do estado nação é essencialmente marcado por um conjunto de fatores que coincidem com o surgimento do próprio Estado. O grande unificador da consciência e identidade comum foram os desejos comuns partilhados por toda nação do norte ao sul de Moçambique, independentemente da sua localização geográfica ou língua.

Génese dos Movimentos Nacionalistas em Moçambique

Tal como a maior parte dos povos africanos, o nacionalismo em Moçambique surge por via da luta contra o colonialismo português. De várias formas o povo demonstrava a sua insatisfação perante a cultura portuguesa que lhes era imposta. O poder colonial não foi acatado pelas populações de livre e espontânea vontade. Foram várias as resistências que se verificaram em África, em oposição a, ou por recusa do sistema colonial. Estas, no entanto, têm pontos em comum: eram de carácter esporádico e rural, movimentos de fraca amplitude, com suas ações isoladas dotados de objetivos eram de curto prazo. Só mais tarde passaram a ser concertadas. Nesse sentido, é necessário identificar e distinguir os vários tipos de resistência: passiva, imediata, e de banditismo social (M'BOKOLO, 2007).

Como referem Mateus (1999) e M'Bokolo (2007), as igrejas protestantes tiveram um papel crucial na criação das bases do nacionalismo nas colónias portuguesas, e Moçambique não foi exceção. Foram muitos os futuros dirigentes desses movimentos que tiveram a sua educação básica nas missões protestantes. Uma das razões que atraía as pessoas para o ensino protestante, em detrimento das missões portuguesas, é que nas primeiras não havia a preocupação de retirar as pessoas dos seus hábitos e costumes, mas sim a de ensinar. Estas missões podem ser consideradas como grandes impulsionadoras da formação dos quadros africanos. O regime não via com bons olhos o fato de os africanos terem acesso ao ensino, sendo uma forma de evitar a criação de elites. A falta de universidades nas colónias levou a que alguns jovens moçambicanos se deslocassem para a metrópole, para frequentar o ensino universitário, onde acabaram por sofrer algumas influências na sua formação cultural e política.

Mondlane (1977) sustentava que o poder colonial não se fazia sentir em todas as zonas, sobretudo nas mais recônditas. O que fez com que se criasse um espírito de tribalismo por parte dessas populações, pois não se sentiam ligadas ao mesmo território. Devido ao alto nível de analfabetismo e à falta de consciência revolucionária, o nacionalismo emergiu em pequenos círculos que apesar de tudo tinham alguma força. Ou seja, essa consciência surgiu no seio de uma minoria mais esclarecida. Aos poucos essa minoria foi denunciando, através de campanhas em jornais, aquilo que considerava ser uma exploração por parte do governo português. Portugal

criou uma pequena elite, os chamados assimilados¹², e essa camada mais culta formou a oposição política. Criaram-se vários agrupamentos de estudantes, que devido à sua situação estavam numa posição que lhes permitia compreender o problema do colonialismo. Por volta dos anos 1920 foi fundada a *Liga Africana*, que reuniu estudantes negros e mulatos.¹³ Nessa altura, os movimentos que surgiam coincidiam com o desenvolvimento do movimento pan-africano. Foi fundada em Lisboa a *Liga Africana* que congregava os estudantes africanos radicados na capital portuguesa, entre os quais moçambicanos (NCOMO, 2003).

Nos anos de 1930 nasceu em Moçambique a associação *Grémio Africano*, mas, devido às tentativas do governo português em desestabilizar esta organização, acabou por se dividir: de um lado uma ala mais radical e do outro uma mais conformista. A ala mais radical criou o Instituto Negrófilo, que mais tarde por imposição do governo de Salazar teve que mudar de nome para Centro Associativo dos Negros de Moçambique. A ala mais conformista transformou-se em Associação africana, maioritariamente constituída por mestiços. Posteriormente, surge a Associação dos Naturais de Moçambique, que tinha inicialmente o objetivo de defender os brancos nascidos neste país. Mas, a partir dos anos de 1950 abriu-se a outros grupos étnicos (MONDLANE, 1977). No fundo, estas associações pretendiam ser as vozes ativas contra o colonialismo português, apesar de umas serem mais enérgicas que outras. Estes grupos acabaram por desaparecer, não tendo obtido quaisquer resultados práticos.

Esta estrutura foi toda abalada com a implementação do Estado Novo em Portugal na década de 1930. O ressurgimento da consciência política só veio ressurgir após a II Guerra Mundial, com a derrota do fascismo. Foi então que começou a ter lugar a emergência de um movimento anticolonial no mundo inteiro. Começaram a surgir movimentos revoltosos que pretendiam fortalecer a ideia do nacionalismo. Surgem novas formas de revolta, pela mão dos artistas, de pintores como Malangatana e Craveirinha, do contista Luís Bernardo Honwana e de poetas como Noémia de Sousa e José Craveirinha, que através da sua arte demonstravam o seu descontentamento com a situação colonial.

Por volta dos anos de 1950 surge o Núcleo de estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), que estava ligado ao Centro Associativo dos Negros de Moçambique, e que tinha em mente a independência nacional. O NESAM teve também um período de vida

¹² Negros que viviam sob um humilhante estatuto colonial e que dispunham de alguns privilégios. Mas, para tal tinham que ter as seguintes condições: dominar a língua portuguesa; dispor de um rendimento mensal suficiente para poder sustentar a sua família; apresentar um certificado de conduta e poder adaptar-se aos costumes da sociedade portuguesa.

¹³ Note-se que desde sempre houve uma preocupação de se distinguir entre negro e os mestiços, este último sendo visto como um privilegiado. Por esta razão, no período pós-independência nunca foi possível que um mestiço chegasse ao poder mesmo que tivesse capacidades para tal.

muito curto, sobreviveu apenas até aos anos de 1960. Durante a sua existência, lançou a revista *Alvor*, que tinha como finalidade espalhar as ideias que eram discutidas nas reuniões do grupo. Esta Associação contribuiu para a revolução de 3 maneiras: foi um veículo para a comunicação das ideias nacionalistas; reavivou a cultura nacional e criou oportunidade para que se discutisse Moçambique. Tal como outras Associações, esta também teve as suas ações um pouco limitadas, pois era controlada e vigiada pelas autoridades portuguesas. As ações fracassavam sempre porque eram desenvolvidas por pequenos grupos, sem grande expressão. Começou então a fermentar a ideia de que para que a luta fosse mais coesa, seria necessário haver um movimento com bases sólidas e mais amplo. Neste sentido seria necessário reunir todos os intelectuais (minoría) e a força urbana (constituída pela maior parte da população), pois havia muitos movimentos que tentavam lutar individualmente, mas que cedo descobriram as suas fraquezas.

Em finais dos anos de 1950, começaram a surgir fora de Moçambique movimentos patrióticos entre grupos compostos essencialmente por exilados instalados nos países vizinhos. Estes movimentos eram essencialmente constituídos por grupos de emigrantes e exilados, que consoante o lugar onde viviam criavam os grupos. Na maior parte dos casos esses grupos quase desconheciam a existência de outros movimentos. Alguns dos fatores que contribuíram para a emergência destes movimentos foram os acontecimentos¹⁴ que se estava a desenrolar em toda África, e estes acontecimentos vieram agudizar os sentimentos patrióticos. Mas, o ponto fulcral foi a evolução no interior de Moçambique que desencadeou o movimento unificador. Depois do massacre de Mueda¹⁵, em 16 de Junho de 1960, o Norte de Moçambique não mais voltou à normalidade e tornou-se mais evidente que a resistência pacífica seria inútil. Esta situação contribuiu para que se formasse um forte movimento militar (NCOMO, 2003).

Por volta de 1961, as elites políticas consciencializaram-se que deveria haver uma união dos vários movimentos, uma vez que todos tinham um objetivo comum, a independência de Moçambique. Mas, este processo não foi fácil porque havia muitos jogos de interesses que opunham os grandes nacionalistas da época, considerados pais do nacionalismo africano.¹⁶ Foi então constituído um comité *ad-hoc* composto por 20 membros, que foi quem tratou da unificação dos movimentos nacionalistas de Moçambique. Em Maio de 1962 reuniu-se em Dar-es-Salam a *Maconde African National Union* (MANU) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) com o objetivo de discutirem a unificação do movimento nacionalista. O protocolo de unificação foi assinado entre os dois movimentos e só mais tarde a

¹⁴ Nomeadamente o desencadear da luta de libertação em Angola; a Independência de Tanganica (Tanzânia)

¹⁵ Sobre este massacre não deixe de consultar Melo, 1974; Mondlane, 1977.

União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) assinou também o protocolo da unificação. A 25 de Junho de 1962, de acordo com o protocolo, os três movimentos dissolveram-se e constituiu-se a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Foi eleito Eduardo Chivambo Mondlane como Presidente do movimento e Uria Simango o Vice-Presidente (NCOMO, 2003).

Após a sua formação, a FRELIMO sofreu grandes perseguições por parte da Polícia Internacional de Defesa do Estado Novo, chegando esta a infiltrar membros que faziam jogo duplo (MELO et al., 1974; MONDLANE, 1977; GUERRA, 1994; NCOMO, 2003). Tornou-se um dos objetivos principais do movimento a preparação para o desencadeamento da luta armada, formando-se quadros políticos e militares para o efeito. A educação foi de extrema importância neste período, pois serviu de base para o desenvolvimento da luta armada e de reconstrução nacional. O objetivo prioritário e indispensável era o lançamento de uma campanha no exterior que desmascarasse o colonialismo português e mobilizasse a solidariedade internacional a favor do povo moçambicano.

Apesar da adesão massiva das populações, a unidade no seio da FRELIMO não estava resolvida. Havia divergências entre os vários membros. A controvérsia que se instalou após a formação da FRELIMO, resultou no afastamento ou abandono voluntário de diversas figuras que se teriam destacado no processo de unificação do movimento, tendo este sofrido algumas alterações. Assistiu-se a partir do início da sua formação a uma frenética luta pelo poder, causada por fatores internos e externos. Segundo refere Ncomo (2003), um dos grandes problemas no seio do movimento era de cariz étnico e racial. Havia uma tese que uma determinada etnia deveria governar sobre as restantes. Começaram então a surgir no seio do movimento tentativas de se impor um nacionalismo elitista ditado pelo Sul.¹⁷ O fato de os membros da FRELIMO serem oriundos de diferentes províncias, havendo assim uma mistura de etnias, corroborou para o surgimento de desavenças no seio do movimento a surgir, dificultando assim a unificação do mesmo. A arma usada para combater o tribalismo, o racismo e a intolerância religiosa foi a educação, mantendo-se o português como língua oficial do movimento. Pouco depois da sua formação, e com a dissidência de alguns membros, surgem alguns movimentos fraturantes, mas devido à sua pequena dimensão não surtiram qualquer efeito.¹⁸

¹⁶ Por um lado Julius Nyerere, Presidente da *Tanganica African National Union* (TANU) e, por outro Nkwame Nkrumah, Presidente do Gana, ambos estavam interessados em ser os protagonistas da luta de libertação dos povos Africanos.

¹⁷ Nacionalismo elitista no sentido em que seria uma determinada etnia a governar sobre as outras.

¹⁸ Surgiu a Comité Secreto de Restauração (COSERU), UDENAMO, nova UDENAMO-Accra, nova UDENAMO-cairo.

O presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, não defendia o radicalismo de esquerda propalado pela Internacional Comunista e não advogava uma intervenção recorrendo à força armada, mas sim por meios pacifistas. Inicialmente a FRELIMO sobrevivia de apoios que provinham de algumas organizações do ocidente, numa primeira fase, e após o início da luta armada beneficiando de apoios vindo do Leste Europeu e da China comunista. Por detrás deste objetivo comum, existia um jogo de poder político que ia para além da luta de libertação e que se estenderia ao Moçambique independente. Quando Portugal se apercebeu que Moçambique estava cada vez mais empenhado na luta pela sua libertação, iniciou uma guerra psicológica com vista a enfraquecer o povo moçambicano. 1968/69 foi o auge dos conflitos no interior do movimento, numa altura em que era exigida a realização de um congresso para a eleição do novo presidente do movimento. Essa situação não era bem vista pela ala regionalista do Sul, por temer perder o seu poder de dominação (NCOMO, 2003).

De acordo com estes pressupostos, pode-se concluir que a maioria dos moçambicanos que se juntou à FRELIMO não era movida por interesses ideológicos (esquerda ou direita), mas sim com o objetivo de lutar por uma independência total e completa do país. Em Fevereiro de 1969 o então Presidente do movimento, Eduardo Mondlane, foi assassinado. O IV Congresso do Comité Central de 1970 confirmou Samora Machel como Presidente e Marcelino dos Santos como Vice-presidente. Foi pela mão destes dois líderes que o movimento começou a seguir uma linha mais marxista-leninista, deixando gradualmente a tendência político liberal que se conhecia até então. Em Fevereiro de 1977, o movimento de Libertação transforma-se em partido marxista-leninista.

Assumindo-se então como movimento legítimo, um dos principais objetivos era resolver a questão colonial. Cedo se concluiu que a guerra era inevitável. Porém, nem todos eram a favor da resolução por via da luta armada. Tal como foi referido por Mondlane (1977), o início da luta armada em Moçambique foi um ato bem elaborado e esquematizado, e na qual o governo português não esperava que houvesse uma grande preparação por parte da FRELIMO. A luta armada iniciou-se com pequenas escaramuças no Norte de Moçambique a 25 de Setembro de 1964, e aos poucos foi alastrando para o Centro.¹⁹ É importante realçar que o exército moçambicano era composto na sua maioria por camponeses, muitos deles analfabetos ou com pouca instrução. Porém, tinham uma consciência nacional libertadora, bem vincada. Outra particularidade desta guerra foi o envolvimento das mulheres que causou um impacto bastante positivo no recrutamento e maior empenhamento das populações.

¹⁹ A luta de libertação começou no Norte, pois foram nas fronteiras a Norte de Moçambique que surgiram os vários movimentos nacionalistas; foi ainda no norte que ocorreu o massacre que foi decisivo na unificação do povo moçambicano (o massacre de Mueda a 16 de Junho de 1960).

Segundo Mateus (1999), para compreender a motivação dos moçambicanos nesta luta é necessário perceber o contexto africano da altura. Nos anos de 1950/60 havia em África alguns estados independentes, com grande disposição e abertura para apoiar os seus congéneres. É importante referir também o papel que os países socialistas tiveram neste processo. A FRELIMO foi maioritariamente apoiada pela China, sem descurar os apoios recebidos por parte de Cuba e da URSS, principalmente no que diz respeito a formação.

Esta guerra provocou graves problemas ao governo português, pois a luta pela libertação não se desencadeava apenas em Moçambique, mas também em Angola e na Guiné-Bissau. Ao longo da guerra colonial, foram muitos os oficiais portugueses que desertaram por considerarem injusta a luta que travavam contra os africanos. Estando eles numa terra que não lhes pertencia, para muitos não fazia sentido tal luta. A luta de libertação foi um fator de transformação social, no sentido em que conviviam vários grupos étnicos, o que é de extrema importância uma vez que a questão tribal esteve desde sempre enraizada. “... venho da Zambézia, sou Chuabo, e combati no Niassa, onde a população é composta por *nyanjias*, que me recebiam como um filho. Trabalhei no meio de macuas, que me receberam como se fosse seu próprio filho...” (MONDLANE, 1977, p. 163). Diversidade identitária cultural, mas unificados pelo desejo comum de alcançar a libertação total e completa da dominação colonial.

A caminho do Cessar-fogo

Após a revolução ocorrida em Portugal, a 25 de Abril de 1974, tornava-se necessária a definição por parte de Portugal da sua posição face aos seus territórios coloniais dos quais Moçambique fazia parte. Esse era um dos objetivos a cumprir pelo programa do Movimento das Forças Armadas (MFA). A questão colocada era saber quem seriam os destinatários desse poder. De acordo com o general Spínola, ao enviar o 1º ministro a Moçambique, pretendia que este encetasse negociações com a FRELIMO para que esta assinasse o cessar-fogo, e ver como seria possível encaminhar a Colônia para uma autodeterminação ou eleições. Não se pretendia conceder a independência total. Achava-se ainda que era necessário a criação de partidos políticos, de modo a concorrerem a eleições que dessem lugar a um futuro governo provisório. Nessas conversações, a comitiva da FRELIMO, chefiada por Samora Machel, pretendia que houvesse uma transferência de poderes. Referindo que de nada valia que o novo governo tentasse iludi-los, pois queriam a independência total e completa do povo moçambicano (HALL; YOUNG, 1991). O período pós 25 de Abril e com as pressões internacionais que Portugal vinha

sofrendo, contribuíram em grande medida para uma independência completa e total da ex-colônia.

Tendo apenas a Frelimo como único interlocutor, as negociações provocaram agitações em algumas organizações: Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), Movimento Nacionalista Moçambicano (MONAMO), Frente Unida de Moçambique (FUMO), Grupo Unido de Moçambique (GUMO), Frente Comum de Moçambique (FRECOMO), Partido da Coligação nacional (PCN) e na Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). O Processo de independência, em certa medida, não reuniu consenso. De acordo com Ncomo (2003), o poder não deveria ser entregue a um único grupo, porque desta forma não estaria representada a vontade da maioria, não sendo uma atitude democrática. Estes grupos defendiam que era necessária a criação de partidos políticos para que fosse possível efetuar uma eleição. Essa transferência de poderes não agradou a muitos, criando cisões, fato que levou alguns grupos a oporem-se ao novo panorama político que surgia no Moçambique pós-colonial.

Após a declaração da Independência, em 25 de Junho de 1975, a Frelimo triunfou como sendo a única força política legítima e passou a exercer o poder no território nacional. Com Samora Machel como presidente da República Popular de Moçambique, este passou adotar uma linha política marxista-leninista. Machel (1974) defendia que o poder pertencia às massas populares. Este tinha um discurso muito influenciado pelo Leste europeu. A nova liderança considerava que as estruturas eram democráticas na medida em que o povo é que escolhia os seus representantes.

O socialismo em África era visto como uma forma de progresso econômico, deste modo tornou-se fácil a entrada da ideologia que provinha do Bloco Soviético. Razão pela qual após o 25 de Junho de 1975 o país enveredou por uma linha de partido único. Esta era considerada a única forma possível de alcançar a unidade nacional. Durante esse período o país beneficiou muito com a ajuda do Leste Europeu, face às insuficiências de infraestruturas e de quadros, causado pelo fim do colonialismo e retorno da mão-de-obra qualificada a Portugal. Foi neste contexto que a Renamo, como uma forma de se impor contra o rumo que o país tinha seguido, iniciou um conflito armado contra a Frelimo. Conflito esse que devastou o país, e como sempre estava na base a luta pelo poder e uma forte contestação ao regime estabelecido. Alden e Simpson (1993) defende que um dos motivos que dificultava a resolução do conflito em Moçambique era a posição dos atores externos, os EUA, a África do Sul e a ex URSS.²⁰ A dimensão do conflito começou a alterar-se a partir do momento em que tanto a Frelimo como a

Renamo mostraram-se dispostas em negociar. Em 1984/5 foi assinado o pacto de não-agressão entre Moçambique e África de Sul, o célebre pacto de *Nkomáti*.²¹

Após a morte de Samora Machel em 1986, sucede-lhe Joaquim Chissano, e com este gradualmente Moçambique foi-se afastando da ideologia dos países do Leste europeu, a fim de obter ajuda económica do Ocidente. No V congresso da FRELIMO, em 1989, liderado por Joaquim Chissano, o Marxismo-Leninismo foi abandonado (HALL; YOUNG, 1991; ALDEN; SIMPSON, 1993). E assume-se o compromisso de se criar uma nova constituição e serem preparadas as primeiras eleições multipartidárias. Até finais dos anos 80, o conflito com a Renamo já havia destruído e enfraquecido o país, criando um contexto em que as conversações eram essenciais entre a Renamo e a Frelimo. As conversações com este movimento de guerrilha começaram paulatinamente a seguir outro rumo, como que se de uma luz no fundo do túnel se tratasse. A Paz começou a ser uma verdade alcançável e não uma utopia.

Em Julho de 1990, reuniram-se os dois movimentos em Roma, tendo a comunidade de santo Egídio e o Arcebispo da Beira como observadores do processo do acordo geral de Paz. Assume-se nesse encontro o compromisso de se introduzir um sistema multipartidário, com eleições regulares com base no Sufrágio Universal, garantido ainda a liberdade de expressão, religião e de imprensa, bem como a Independência do sistema judicial. As negociações decorreram em Outubro de 1990 em Roma, para além de fatores internos (dimensão que o conflito estava a tomar só estava a levar o país a ruína, sem contar que tanto a Renamo como a Frelimo estavam a perder os apoios que provinham das grandes potências. A economia estava numa situação caótica, o que levou o país a por em prática as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), preconizadas pelos programas de ajustamento estrutural (ALDEN; SIMPSON, 1993). O longo período de negociações culminou com a assinatura dos Acordos de Paz, a 4 de Outubro de 1992, pondo fim a 16 anos de guerra civil. Iniciava-se assim o caminho rumo à democratização.

Após a assinatura dos Acordos de Paz, assume-se o compromisso de serem realizadas eleições multipartidárias, sob supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU). A oposição

²⁰ Por um lado estavam os EUA e a África de Sul que apoiavam a RENAMO, pelo menos no período inicial deste movimento; por outro a URSS, que apoiava a FRELIMO. Os EUA, na administração Reagan, deram o seu suporte à RENAMO, sendo ainda permitido que este movimento rebelde abrisse um escritório em Washington em 1986.

²¹ O Acordo de *Nkomati* foi assinado em 1984 entre o governo de Moçambique, liderado pelo então Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha. Este acordo tinha por intenção pôr termo à guerra civil em Moçambique. Para tal, os signatários do acordo concordaram em:

Deixar de apoiar a RENAMO (responsabilidade da África do Sul).

Deixar de apoiar o ANC (responsabilidade de Moçambique).

Apesar do compromisso assumido, cada parte continuou a agir por conta própria, e os guerrilheiros da Renamo prosseguiram com a guerra civil em Moçambique (MACAGNO, 1986)

armada (Renamo) aceitou o acordo e organizar-se como um partido político. Após esse período o país saiu de uma lógica de partido único para uma rede democrática renovada. Foram então criados novos partidos políticos e marcadas eleições para 1994, Eleições essas que foram realizadas sob o controle dos observadores Internacionais da ONU. Importante ainda realçar que muitos desses novos partidos eram pequenos movimentos nacionalistas que não tinham tido grande peso ou relevância na luta de libertação contra Portugal. Desde 1994 a 2014, ano das últimas eleições gerais, a Frelimo permanece no poder tanto no âmbito da Presidência da república, bem como na maioria da Assembleia da República.

Conclusão

Alguns aspectos podem ser ressaltados da análise feita ao longo deste artigo, em cada momento histórico existiu e existirá a necessidade de entender o Estado tal como se afigura e a necessidade das sociedades explicarem. As lutas pela autodeterminação determinaram a forma de pensar e entender o Estado que se seguiu no período pós Independência. Embora numa primeira fase os Estados não seguiram processos democráticos, essa tendência apenas começou a verificar-se a partir dos anos 90. Os autores têm a necessidade de perceber as mudanças que ocorrem em determinada sociedade, entender os seus fundamentos e explicá-los. Cada momento histórico enfrenta desafios e problemas diversos que são incorporados nas questões levantadas pelos pesquisadores. Uma das preocupações que ressaltam o artigo é a necessidade de contextualizar o conceito de Estado, aliado aos principais problemas e preocupações que assolam as diversas democracias em África. O conceito está estreitamente enraizado com a perspectiva independentista e pelas lutas pela autodeterminação e foi neste sentido que o Estado pode ser analisado e configurado na perspectiva da elite intelectual africana.

Moçambique, um Estado que resultou de uma negociação e transferência de mando do poder colonial para o movimento libertador reconhecido, a Frelimo, e que se encontra em consolidação dos seus processos de democratização. Pode dizer-se que não se assiste a um debate em que teóricos desenvolvem os seus pensamentos sobre o que deveria ou não ser o Estado. Os pesquisadores preocupam-se em analisar a sociedade, as instituições, os processos de participação e o comportamento eleitoral que atualmente regem a sociedade. A elite dominante, ao mesmo tempo em que pensava o Estado, construía o Estado de direito e estes dois momentos acontecem em simultâneo. Pensar o Estado em Moçambique é ao mesmo tempo refletir sobre seu processo de construção, muito marcado pelas forças externas e turbulências internas (período colonial e guerra civil). O Estado, com pouco mais de 40 anos, tem ainda muitos desafios por

enfrentar, em aspectos social, econômico, político e cultural. Contudo, as experiências vivenciadas por outros países se constituem numa ferramenta essencial para analisar o jovem estado, e daí tirar lições que permitam perceber e analisar o Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEN, Chris; SIMPSON, Mark. Mozambique: A Delicate Peace. **Journal of Modern African Studies**, vol. 31, n. 1, p. 109–130, 1993.

BENDIX, Reinhard. **Nation Building and Citizenship: studies or our changing social order**. California: University of California Press, 1977.

BRATTON, Michael. Voting and Democratic Citizenship in Africa: **an Overview**. In: Bratton, M. (Ed.) **Voting and Democratic Citizenship in Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2013, 1-16.

BRITO, Luis. Revisão da Legislação Eleitoral, algumas propostas para o Debate. 2011. In Brito, L.; Castel-Branco, N.; Chichava, S.; Francisco, A (org.) **Desafios para Moçambique 2011**, Maputo: IESE, 201, 91-107.

BRITO, Luis De. A Democracia à Prova das Urnas: Elementos para um Programa de Pesquisa Sobre a Abstenção Eleitoral em Moçambique. In: Conferência Inaugural do IESE: desafios para a investigação social e económica em Moçambique, 2007, Maputo. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Brito,Luis%20de_ADemocraciaAProvaDasUrnas.pdf

CABAÇO, José Luis. **Moçambique, identidade, Colonialismo e Libertação**. São Paulo: Unesp, 2009.

CURTIN, Philip. **African History**. UK: Longman Group Limited, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 16, n. 47, p. 333–513, 2011.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese**, vol. 2, n. 1 (2), p. 75–91, 2004.

GUERRA, João Paulo. **Memórias das Guerras Coloniais**. Porto: Afrontamento, 1994.

GUY, Arnold. **Africa: a Modern History**. London: Atlantic books, 2006.

HALL, M.; YOUNG, T. Recente Constitutional Development in Mozambique. **Journal of African Law**, vol. 35, n. 1/2, p. 102–115, 1991.

IANNI, Octavio. A Questão Nacional na América Latina. **Estudos Avançados**, vol. 2 (1), p. 5-40, 1988.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Modernização. **Mudança Cultural e Democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Editora Francis e Editora Verbena, 2009.

- KLAUCK, Miguel. **Notas de Moçambique**. Santa Maria: Editora Pallotti, 2001.
- M'BOKOLO, Elikia. **África Negra. História e Civilizações. Do século XIX aos nossos dias**. Tomo II 2ª ed. Lisboa: Colibri, 2007.
- MACAGNO, L. Fragmentos de uma imaginação Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 24, n. 70, p.17-36, 2009.
- MACUANE, José Jaime. Liberalização política e democratização na África: uma análise qualitativa. **Dados**, vol. 43, n. 4, p. 671–708, 2000.
- MADDOX, Gregory. **Colonialism and Nationalism in Africa. African Nations and Revolution**. New York and London: Garland Publishing inc., 1993.
- MATEUS, Dalila Cabrita. **A Luta pela Independência: a formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**. Portugal: Inquerito, 1999.
- MELLO, Renato De. A nação de Renan. **Caligrama**, vol. 4, p. 139–180, 1999.
- MELO, António *et al.* **Colonialismo e Lutas de Libertação: 7 cadernos sobre a guerra colonial**. Porto: Arquivo I Afrontamento, 1974.
- MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. 3ª edição ed. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- NCOMO, Barnabé. **Uria Simango: Um Homem Uma Causa**. Maputo: Edições Sáfrica, 2003.
- NYLEN, William. O Orçamento Participativo num Regime Autoritário Competitivo: Um Estudo de Caso (Maputo, Moçambique). **Cadernos IESE**, Maputo, n. 13, p. 1–89, 2014.
- SAMORA, Machel. **Estabelecer um poder popular para servir as massas**. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974.
- SEN, Amartya. Introdução: Desenvolvimento como Liberdade. In: Sen, A. **Desenvolvimento comoliberdade**. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2000, p. 17-26.
- SHAAPER, Simon Aondoemba. Theories of the State : Perspectives on the Nigerian Variant. **European Scientific Journal**, vol. 8, n. 20, p. 11–27, 2012.
- TILLY, Charles. **Social Movements, 1768-2004**. London: Paradigm Publishers, 2004.
- ZECA, Emilio Jovando. Organizações Regionais e Processos de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos em África: Experiências da SADC, CEDEAO e IGAD. **Conjuntura Global**, vol. 6, n. 2, p. 191–226, 2017.

Recebido em: 25/01/2019

Aprovado em: 21/04/2019